

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 53/XIV/2.^aSL

Aos 20 dias do mês de abril de 2021, pelas 15 horas e 30 minutos, reuniu a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, na sala 2 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

[formato presencial e por videoconferência]

1. **Distribuição de iniciativas legislativas: nomeação de relator e deliberação sobre consultas a promover;**
2. **Distribuição de iniciativas europeias;**
3. **Anúncio de projetos de voto que baixaram à Comissão;**
4. **Apreciação e votação dos pareceres sobre as seguintes iniciativas legislativas:**
 - **Projeto de Lei n.º 787/XIV/2.^a (PCP) - Regime Jurídico da Partilha de Dados Informáticos; Relatora: Deputada Sara Madruga da Costa (PSD)**
 - **Projeto de Lei n.º 729/XIV/2.^a (PCP) - Reforça os direitos de participação das associações representativas dos profissionais da Guarda Nacional Republicana (1.^a alteração à Lei n.º 39/2004, de 18 de agosto, que estabelece os princípios e as bases gerais do exercício do direito de associação profissional dos militares da GNR, à Lei n.º 63/2007, de 6 de novembro que aprova a Lei Orgânica da GNR e ao Decreto-Lei n.º 233/2008, de 2 de dezembro que regulamenta o exercício do direito de associação pelos profissionais da GNR) - Relatora: Deputada Sara Madruga da Costa (PSD);**
5. **Discussão e votação na especialidade da Proposta de Lei n.º 72/XIV/2.^a (GOV) – Aprova a Lei-quadro do estatuto de utilidade pública;**
6. **Discussão e votação na especialidade, nos termos do n.º 1 do artigo 195.º do RAR, das propostas de alteração apresentadas no âmbito da Apreciação Parlamentar n.º 44/XIV (BE)**
 - **Decreto-Lei n.º 14/2021, de 12 de fevereiro, que altera o Regime Jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional;**
7. **Fixação, nos termos do artigo 156.º do RAR, da redação final dos seguintes textos:**
 - **Alteração da Lei n.º 77/88, de 1 de julho, republicada pela Lei n.º 28/2003, de 30 de julho, e alterada pelas Leis n.ºs 13/2010, de 19 de julho, e 55/2010, de 24 de dezembro (Projeto de Lei n.º 722/XIV /PS, PSD; BE, PCP, CDS-PP, PAN e PEV);**
 - **Inclui novas substâncias psicoativas na definição de droga [Proposta de Lei n.º 80/XIV/2.^a (GOV)];**
 - **Aprova a Carta Portuguesa de Direitos Humanos na era digital [Projetos de Lei n.ºs 473/XIV (PS) e 498/XIV (PAN)]**
8. **Fixação, nos termos conjugados dos artigos 128.º, n.º 6 e 156.º do RAR, da redação final dos seguintes textos:**
 - **«Recomenda ao Governo que elabore e apresente à Assembleia da República os estudos necessários à introdução de voto eletrónico não presencial» [Projeto de Resolução n.º 984/XIV/2.^a (PAN)];**
 - **«Recomenda ao Governo que adote medidas que permitam dotar os/as cidadãos/ãs de comunidades nómadas de uma morada que lhes possibilite a obtenção de cartão de**

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 53/XIV/2.^aSL

cidadão e um exercício de direitos igual ao dos/as demais cidadãos/ãs» [Projeto de Resolução n.º 1147/XIV/2.^a (BE)]

9. Discussão e votação, nos termos dos n.ºs 7 e 8 do artigo 75.º do RAR, do Projeto de Voto n.º 532/XIV/2.^a (Ninsc JKM) – De saudação pelo dia Internacional do Povo Cigano;

10. Votação do relatório final da Petição n.º 180/XIV/2.^a - Eleições presidenciais - voto por via de correspondência postal para cidadãos residentes no estrangeiro - Relator: Deputado Hugo Carneiro (PSD)

11. Discussão e votação dos seguintes requerimentos:

- Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PAN, para audição urgente do Senhor Ministro da Administração Interna sobre limpeza dos terrenos e prevenção contra incêndios neste período excecional da COVID-19;

- Requerimento apresentado pelo Deputado único representante do partido CH, para audição do Presidente do Conselho Superior de Magistratura, Juiz Conselheiro Dr. António Joaquim Piçarra, sobre possíveis anomalias na distribuição de processos relativamente a casos graves de criminalidade económico-financeira, nomeadamente no Tribunal Central de Instrução Criminal, mas também relativamente a movimentações noutros tribunais, segundo notícias veiculadas nos últimos dias por diferentes meios de comunicação social;

- Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP, para audição urgente do Senhor Ministro da Administração Interna sobre a caducidade do contrato celebrado entre a ALTICE e o SIRESP e suas potenciais consequências a curto prazo;

- Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, para audição do Presidente da Altice, Alexandre Fonseca, e do Presidente demissionário do SIRESP, General Manuel Couto, para esclarecimentos quanto à manutenção e o futuro da Rede Nacional de Emergência e Segurança – SIRESP.

12. Outros assuntos.

Aberta a [reunião](#), e como ponto prévio, o Senhor Presidente, Deputado Luís Marques Guedes, anunciou que, atenta a urgência da providência legislativa a aprovar, fora solicitada pelo Grupo Parlamentar do PS a retoma de um dos pontos da ordem do dia, entretanto desagendado por não terem sido apresentadas quaisquer propostas de substituição, e que se prendia com a nova apreciação, por 15 dias, de iniciativas legislativas sobre matéria eleitoral:

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 53/XIV/2.ªSL

| | |
|--------------------------|---|
| PJL 690/XIV/2.ª (CDS-PP) | 11.ª alteração à Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de agosto (Regula a eleição dos titulares dos órgãos das autarquias locais), em matéria de candidaturas propostas por Grupos de Cidadãos Eleitores |
| PJL 694/XIV/2 (PAN) | Assegura a suspensão de vigência das alterações que limitam os direitos de candidatura dos pequenos partidos e dos grupos de cidadãos eleitores, aprovadas pela Lei Orgânica n.º 1-A/2020, de 21 de agosto, durante o ano de 2021, e procede à décima primeira alteração à Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de agosto |
| PJL 710/XIV/2.ª (PS) | Clarifica e simplifica procedimentos de apresentação de candidaturas por grupos de cidadãos eleitores aos órgãos das autarquias locais, procedendo à décima primeira alteração à Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de agosto, que regula a eleição dos titulares dos órgãos das autarquias locais |
| PJL 715/XIV/2.ª (PSD) | Consagra um regime excecional e temporário, no âmbito da situação epidemiológica provocada pelo Vírus SARS-COV2 e pela doença Covid-19, de redução do número de proponentes necessários à apresentação de candidaturas de grupos de cidadãos às eleições gerais para os órgãos das autarquias locais a realizar em 2021, bem como procede à vigésima terceira alteração à Lei Eleitoral do Presidente da República, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 319-A/76, de 3 de maio, e à décima primeira alteração à Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de agosto, que regula a Eleição dos Órgãos das Autarquias Locais |
| PJL 719/XIV/2.ª (BE) | Pela reposição das condições de participação cívica e eleitoral cidadã (11.ª alteração à Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de agosto e 6.ª alteração à Lei n.º 43/90, de 10 de agosto) |
| PJL 728/XIV/2.ª (IL) | Altera a Lei Eleitoral dos Órgãos das Autarquias Locais (11.ª Alteração à Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de agosto) |
| PJL 730/XIV/2.ª (PCP) | Altera a lei que regula a eleição dos titulares dos órgãos das autarquias locais em matéria de inelegibilidades especiais (11.ª alteração à Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de agosto, que regula a eleição dos titulares dos órgãos das autarquias locais, alterada pelas Leis Orgânicas n.ºs 5-A/2001, de 26 de novembro, 3/2005, de 29 de agosto, 3/2010, de 15 de dezembro, e 1/2011, de 30 de novembro, pela Lei n.º 72-A/2015, de 23 de julho, e pelas Leis Orgânicas n.ºs 1/2017 e 2/2017, de 2 de maio, 3/2018, de 17 de agosto, 1-A/2020, de 21 de agosto e 4/2020, de 11 de novembro). |
| 757/XIV/2.ª (Ninsc CR) | Reforça a participação política dos grupos de cidadãos eleitores |
| 759/XIV/2.ª (IL) | Elimina o dia de reflexão e modifica os períodos de votação |

Tendo o Grupo Parlamentar do PS apresentado propostas de substituição antes da reunião, ficou a nova apreciação destas iniciativas reagendada para o dia seguinte, em reunião ordinária a ter início às 9h, antes da audição da Senhora Ministra da Presidência, e, se necessário, podendo ser retomada logo após a conclusão da audição.

Em seguida, foram distribuídas as seguintes iniciativas legislativas:

PROPOSTAS DE LEI

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 53/XIV/2.ªSL

| N.º AUTOR | ASSUNTO | ADMISSÃO PUBLICAÇÃO | BAIXA COMISSÃO GENERALIDADE | DISTRIBUIÇÃO COMISSÃO | NOMEAÇÃO RELATOR DATA |
|----------------------|---|---------------------|-----------------------------|-----------------------|---|
| PPL 86/XIV/2.ª (GOV) | “Aprova as Grandes Opções para 2021-2025” | 15-04-2021 | 15-04-2021 | 20-04-2021 | <p><i>Áreas Sectoriais</i> <i>Justiça – Dep. Mónica Quintela – PSD</i> <i>Administração Interna – André Coelho Lima (PSD)</i> <i>Igualdade – Deputado José Manuel Pureza (BE)</i> <i>Pareceres a aprovar na reunião da CACDLG de 22.4</i></p> |

PROJETOS DE LEI

| N.º AUTOR | ASSUNTO | ADMISSÃO PUBLICAÇÃO | BAIXA COMISSÃO GENERALIDADE | COMUNICAÇÃO EM COMISSÃO | NOMEAÇÃO DE RELATOR E CONSULTAS A PROMOVER |
|-----------------------|--|---------------------|-----------------------------|-------------------------|--|
| PJL 798/XIV/2.ª (PCP) | <p>Criminalização do enriquecimento injustificado (52.ª alteração ao Código Penal aprovado pelo Decreto-Lei n.º 48/95, de 15 de março e 7.ª alteração à Lei n.º 34/87, de 16 de julho)</p> <p>Conexão com a 5.ª Comissão competente – 1.ª Comissão</p> | 15-04-2021 | 15-04-2021 | 20-04-2021 | <p>Deputado Pedro Delgado Alves (PS) 20-04-2021 CSM, CSMP, OA e Conselho de Prevenção da Corrupção</p> |
| PJL 799/XIV/2.ª (PCP) | <p>Proíbe o Estado de recorrer à arbitragem como forma de resolução de litígios em matéria administrativa e fiscal</p> | 15-04-2021 | 15-04-2021 | 20-04-2021 | <p>Deputada Joana Sá Pereira (PS) 20-04-2021 CSM, CSMP, CSTAF, OA e Associação Portuguesa de Arbitragem</p> |

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 53/XIV/2.ªSL

PROJETOS DE RESOLUÇÃO

| N.º AUTOR | ASSUNTO | ADMISSÃO PUBLICAÇÃO | BAIXA COMISSÃO | ANÚNCIO COMISSÃO | DECISÃO SOBRE APRECIÇÃO EM COMISSÃO OU EM PLENÁRIO |
|------------------------|---|---------------------|----------------|------------------|---|
| PJR 1205/XIV/CDS-PP | Recomenda ao Governo que submeta à Assembleia da República a anunciada reestruturação do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) | 19-04-2021 | 19-04-2021 | 20-04-2021 | O Proponente indicou que pretende a discussão em Plenário |

O Senhor Presidente deu ainda nota da baixa à Comissão do seguinte conjunto de iniciativas legislativas sobre violência sexual e doméstica, umas para discussão e votação na especialidade e outras sem votação, para nova apreciação, tendo sido deliberado remeter a respetiva lista à Subcomissão para a Igualdade e Não Discriminação para que possa aferir se este segundo conjunto de iniciativas poderá ser tratado em conjunto com as que ali já se encontram em apreciação, para preparação de textos de substituição a submeter a ratificação da Comissão ou se, pelo contrário, extravasam aquele âmbito e devem ser tramitadas na CACDLG:

| | | |
|--------------------------|---|---------------|
| PJL 648/XIV/2.ª (NinsCR) | Altera o Código Penal, incluindo a violência económica ou patrimonial no crime de violência doméstica, em respeito pela Convenção de Istambul | Especialidade |
|--------------------------|---|---------------|

| | | |
|------------------------|--|---------------|
| PJR 951/XIV (PEV) | Medidas para prevenir e combater o crime de violência doméstica | Especialidade |
| PJR 1058 XIV 2.ª (PAN) | Recomenda ao Governo que cumpra a Resolução da Assembleia da República n.º 62/2019 e assegure a adoção de um código de conduta adaptado à Convenção de Istambul, visando uma adequada cobertura noticiosa de casos de violência doméstica e impedir um expectável efeito de contágio | Especialidade |

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 53/XIV/2.ªSL

| | | |
|-----------------------------|--|--------------------------------|
| PJL 701/XIV/2.ª (IL) | Consagra os crimes de violação, de coação sexual e de abuso sexual de pessoa incapaz de resistência como crimes públicos | NOVA APRECIÇÃO NA GENERALIDADE |
| PJL 771/XIV/2.ª (PAN) | Consagra a natureza pública dos crimes de violação, de coação sexual, de fraude sexual, de abuso sexual de pessoa incapaz de resistência e de procriação artificial não consentida e alarga os prazos de prescrição de crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual de menores e do crime de mutilação genital feminina, procedendo à alteração do Código Penal e do Código de Processo Penal | NOVA APRECIÇÃO NA GENERALIDADE |
| PJL 772/XIV/2.ª (Ninsc JKM) | Procede a uma alteração do Código Penal, atribuindo a natureza de crime público aos crimes de coação sexual, violação e abuso sexual de pessoa incapaz de resistência, garantindo a conformidade deste diploma com a Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência Contra as Mulheres e a Violência Doméstica (Convenção de Istambul) | NOVA APRECIÇÃO NA GENERALIDADE |

Não havendo iniciativas europeias para distribuir ou projetos de voto para anunciar, foram apreciados os pareceres sobre:

- o Projeto de Lei n.º 787/XIV/2.ª (PCP) - [Regime Jurídico da Partilha de Dados Informáticos](#), que foi apresentado pela respetiva Relatora, Senhora Deputada Sara Madruga da Costa (PSD), após o que intervieram os Senhores Deputados Pedro Delgado Alves (PS) e António Filipe (PCP), tendo as respetivas partes I e III sido aprovadas por unanimidade, na ausência do CDS-PP, do PAN e do DURP do CH;
- o Projeto de Lei n.º 729/XIV/2.ª (PCP) - [Reforça os direitos de participação das associações representativas dos profissionais da Guarda Nacional Republicana \(1.ª alteração à Lei n.º 39/2004, de 18 de agosto que estabelece os princípios e as bases gerais do exercício do direito de associação profissional dos militares da GNR, à Lei n.º 63/2007, de 6 de novembro que aprova a Lei Orgânica da GNR e ao Decreto-Lei n.º 233/2008, de 2 de dezembro que regulamenta o exercício do direito de associação pelos profissionais da GNR\)](#), tendo as respetivas partes I e III sido aprovadas por unanimidade, na ausência do CDS-PP e do DURP do CH, após ter sido apresentado pela respetiva Relatora, Senhora Deputada Sara Madruga da Costa (PSD) e merecido debate com a participação da Senhora Deputada Susana Amador (PS).

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 53/XIV/2.ªSL

Em seguida, procedeu-se à discussão e votação na especialidade da [Proposta de Lei n.º 72/XIV/2.ª \(GOV\)](#) - *Aprova a Lei-quadro do estatuto de utilidade pública*.

A Proposta de Lei, da iniciativa do Governo, baixou à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias para discussão e votação na especialidade, em 25 de fevereiro de 2021, após discussão e aprovação na generalidade, na mesma data.

Na fase de generalidade, a Comissão solicitou e recebeu o parecer das seguintes entidades: [Conselho Superior da Magistratura](#), [Conselho Superior do Ministério Público](#), [Ordem dos Advogados](#) e [Tribunal de Contas](#).

Foi também remetido pelo proponente Governo um vasto conjunto de tomadas de posição das entidades ouvidas no âmbito do procedimento governamental da respetiva aprovação, nos termos do [Decreto-Lei n.º 274/2009, de 2 de outubro](#), as quais estão disponíveis na [página eletrónica da iniciativa](#).

Em 24 de março de 2021, o Grupo Parlamentar do PSD apresentou [propostas de alteração](#) da iniciativa em apreciação, tendo aditado [novas propostas de alteração](#) em 29 de março de 2021. Em 29 de março de 2021, foram apresentadas [propostas de alteração pelo Grupo Parlamentar do PCP](#). Em 13 de abril de 2021, o Grupo Parlamentar do PS apresentou [propostas de substituição](#) da iniciativa sob a forma de texto único.

Na [reunião de 20 de abril de 2021](#), na qual se encontravam presentes todos os Grupos Parlamentares e Deputados Não Inscritos com assento na Comissão, procedeu-se à discussão e votação na especialidade da Proposta de Lei e das propostas de alteração apresentadas.

Intervieram na discussão que antecedeu a votação as Senhoras e os Senhores Deputados Cancela de Moura (PSD), Pedro Delgado Alves (PS), José Manuel Pureza, António Filipe (PCP), Telmo Correia (CDS-PP) e Inês Sousa Real (PAN).

Da votação resultou o seguinte:

Artigos preambulares objeto de propostas de alteração:

- **Artigo 3.º, n.º 4 – na redação das propostas de substituição apresentadas pelos Grupos Parlamentares do PSD e do PS, de idêntico teor - aprovado**

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 53/XIV/2.ªSL

com os votos a favor do PS, do PSD e do PAN e as abstenções do BE, do PCP e da Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira, na ausência do CDS-PP;

- **Artigo 4.º-A – na redação das propostas de substituição apresentadas pelo Grupo Parlamentar do PS**, de redação similar à **apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD - aprovado** com os votos a favor do PS, do PSD, do BE, do PCP e da Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira e a abstenção do PAN;

Artigos do Anexo – Lei-Quadro do Estatuto de Utilidade Pública - objeto de propostas de alteração:

- **Artigo 2.º** – na redação das propostas de substituição apresentadas pelo **Grupo Parlamentar do PS - aprovado** por unanimidade;
- **Artigo 3.º** – na redação das propostas de substituição apresentadas pelo **Grupo Parlamentar do PS - aprovado** por unanimidade;
- **Artigo 4.º**

nova alínea g) - na redação das propostas de substituição apresentadas pelo **Grupo Parlamentar do PS- aprovada** por unanimidade;

alínea g) (que é renumerada como h) - na redação das propostas de substituição apresentadas pelo **Grupo Parlamentar do PSD**, de redação idêntica à **apresentada pelo Grupo Parlamentar do PS para a alínea h)** - **aprovada** por unanimidade;

alínea n) - na redação das propostas de substituição apresentadas pelo **Grupo Parlamentar do PS- aprovada** por unanimidade;

alínea p) - na redação das propostas de substituição apresentadas pelo **Grupo Parlamentar do PS- aprovada** por unanimidade;

nova alínea s) - na redação das propostas de substituição apresentadas pelo **Grupo Parlamentar do PS- aprovada** por unanimidade;

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 53/XIV/2.ªSL

n.º 4 - na redação das propostas de substituição apresentadas pelo **Grupo Parlamentar do PS- aprovado** por unanimidade;

- **Artigo 8.º**

alínea c)1 - na redação das propostas de substituição apresentadas pelo **Grupo Parlamentar do PSD** – rejeitada, com votos contra do PS, PCP, BE e PAN, a favor do PSD e as abstenções do CDS-PP e da Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira;

nova alínea c) [que passa a d)]- na redação das propostas de substituição apresentadas pelo **Grupo Parlamentar do PSD** tendo sido eliminado o inciso “favorável” e **um novo n.º 5** (conexo com aquela) , na redação de **proposta apresentada oralmente pelo PS** com o seguinte teor “*Caso a câmara municipal não aprove o parecer referido na alínea d) do n.º 1 no prazo de 60 dias após o pedido, o requerente fica dispensado da sua apresentação à SGPCM*” – aprovados com votos a favor do PS e do PSD, contra do BE, PCP, CDS-PP e da Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira e a abstenção do PAN;

alínea f) - na redação das propostas de substituição apresentadas pelo **Grupo Parlamentar do PS- aprovada** por unanimidade;

alínea g) - na redação das propostas de substituição apresentadas pelo **Grupo Parlamentar do PSD** - rejeitada com votos contra do PS e do PCP, a favor do PSD e as abstenções do BE, do CDS-PP, do PAN e da Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira;

alínea i) - na redação das propostas de substituição apresentadas pelo **Grupo Parlamentar do PS- aprovada com** votos a favor do PS, PSD, BE, CDS-PP, PAN e da Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira e a abstenção do PCP;

alínea j) - na redação das propostas de substituição apresentadas pelo **Grupo Parlamentar do PS- aprovada com** votos a favor do PS, PSD e CDS-PP, contra do PCP e as abstenções do BE, PAN e da Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira;

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 53/XIV/2.ªSL

n.º 2 - na redação das propostas de substituição apresentadas pelo **Grupo Parlamentar do PS - aprovado com** votos a favor do PS e PSD e as abstenções do BE, PCP, CDS-PP, PAN e da Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira;

- **Artigo 9.º**

n.º 4 - na redação da **proposta de eliminação** e ressystematização como novo artigo 10.º (**proposta de aditamento** que autonomiza a norma) apresentadas pelo **Grupo Parlamentar do PS – aprovado** com votos a favor do PS, PSD, BE CDS-PP e da Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira e as abstenções do PCP e do PAN;

- **Artigo 11.º**

n.º 1

c), iii) - na redação das propostas de substituição apresentadas pelo **Grupo Parlamentar do PCP – retirada pelo proponente;**

d) - na redação da proposta de aditamento de uma nova alínea d), passando a anterior d) a e), apresentadas pelo **Grupo Parlamentar do PCP - aprovado** com votos a favor do PSD, BE, PCP, PAN e da Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira e as abstenções do PS, do CDS-PP e do DURP do CH; e **o aditamento, proposto oralmente pelo PSD, de um novo n.º 2 ao artigo 19.º, que passa a 20.º (preambular)** (em consequência da aprovação daquela nova alínea) do seguinte teor: “*O disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 11.º da lei-quadro do estatuto de utilidade pública, aprovada em anexo à presente lei, produz efeitos a 1 de janeiro de 2022.*” – aprovado com a abstenção do PS e os votos a favor dos restantes;

- **Artigo 12.º, n.º 1, nova alínea j)** - na redação da proposta de aditamento apresentada pelo **Grupo Parlamentar do PS – aprovada** com votos a favor do PS, do BE, do PAN e da Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira, contra do PSD e CDS-PP e a abstenção do PCP;

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 53/XIV/2.ªSL

- **Artigos 12.º-A a 12.º-C** - na redação das propostas de substituição apresentadas pelo **Grupo Parlamentar do PS – aprovada** com votos a favor do PS, do PSD, do BE, CDS-PP, PAN e da Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira e a abstenção do PCP;

- **Artigo 14.º**

n.º 3 - na redação das propostas de substituição apresentadas pelo **Grupo Parlamentar do PS, retirando o PSD a sua proposta para o mesmo número por se rever naquela – aprovada** com votos a favor do PS, do PSD, do BE, CDS-PP, PAN e da Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira e a abstenção do PCP;

n.º 7 - na redação das propostas de substituição apresentadas pelo **Grupo Parlamentar do PS – retirada** a favor da proposta de substituição apresentada pelo **Grupo Parlamentar do PCP para o mesmo número**, na qual foi substituído o inciso “**da iniciativa**” por “**do requerimento**” – **aprovada** por unanimidade;

n.º 8 (novo) - na redação da proposta de aditamento apresentada pelo **Grupo Parlamentar do PCP** - rejeitada, com votos contra do PS e PSD, a favor do BE, PCP e CDS-PP e as abstenções do PAN e da Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira;

- **Artigo 15.º**

n.º 1 - na redação das propostas de substituição apresentadas pelo **Grupo Parlamentar do PSD e do PS, de idêntico teor – aprovado** com votos a favor do PS, do PSD e do PAN, contra do PCP e do CDS-PP e as abstenções do BE e da Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira, tendo ficado prejudicadas as propostas do PCP de eliminação deste artigo e do artigo 16.º;

n.º 2 - na redação das propostas de substituição apresentadas pelo **Grupo Parlamentar do PSD, retirada** a favor da do PS para a alínea a);

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 53/XIV/2.ªSL

n.º 2, a) na redação das propostas de substituição apresentadas pelo **Grupo Parlamentar do PS - aprovada** com votos a favor do PS, do PSD, do PAN, do BE e da Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira e contra do PCP e do CDS-PP;

n.º 2, b) - aprovada com votos a favor do PS, contra do PSD, PCP e CDS-PP e as abstenções do BE, do PAN e da Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira;

- **Artigo 16.º**

n.º 7 - na redação da proposta de aditamento apresentada pelo **Grupo Parlamentar do PSD e do PS, de idêntico teor – aprovado** com votos a favor do PS, do PSD, do BE, do CDS-PP, do PAN e da Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira e contra do PCP;

- **Artigo 17.º**

n.º 1 - na redação das propostas de substituição apresentadas pelo **Grupo Parlamentar do PS – aprovado** com votos a favor do PS, do PSD, do BE, do CDS-PP, do PAN e da Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira e a abstenção do PCP;

n.º 2 - na redação das propostas de substituição apresentadas pelo **Grupo Parlamentar do PS, de idêntico teor à do PSD para o n.º 9**, que foram fundidas nos seguintes termos: “*A declaração de cessação do estatuto de utilidade pública é antecedida de procedimento instrutório no qual se demonstre a ocorrência dos fundamentos nele previstos, dela cabendo recurso nos termos gerais.*” - **aprovado** com votos a favor do PS, do PSD, do BE, do CDS-PP, do PAN e da Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira e a abstenção do PCP;

- **Artigo 17.º-A**

- na redação das propostas de aditamento apresentadas pelo **Grupo Parlamentar do PS – aprovado** com votos a favor do PS, do PSD, do BE, do

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 53/XIV/2.ªSL

CDS-PP, do PAN e da Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira e a abstenção do PCP;

- **Artigo 18.º**

na redação das propostas de substituição apresentadas pelo **Grupo Parlamentar do PS – aprovado** com votos a favor do PS, do PSD, do BE, do CDS-PP, do PAN e da Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira e a abstenção do PCP;

- **Artigo 19.º**

na redação da proposta de aditamento de um inciso final apresentada oralmente pelos **Grupos Parlamentares do PS e do PSD**, do seguinte teor: “*ou dos correspondentes portais da respetiva Região Autónoma, quando existirem*” – **aprovado** por unanimidade;

- **Artigos 22.º-A a 22.º-E** - na redação das propostas de substituição apresentadas pelo **Grupo Parlamentar do PS – aprovados** com votos a favor do PS, do PSD, do BE, do CDS-PP e da Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira e as abstenções do PCP e do PAN;

- **Artigo 24.º**

n.º 2 - na redação da proposta de eliminação apresentada pelo **Grupo Parlamentar do PCP** – rejeitado, com votos contra do PS, PSD e PAN, a favor do PCP, do CDS-PP e da Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira e a abstenção do BE;

n.º 2 - na redação das propostas de substituição apresentadas pelo **Grupo Parlamentar do PS - aprovado** com votos a favor do PS e do PSD, contra do PCP e as abstenções do BE, do PAN e da Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira;

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 53/XIV/2.ªSL

- **Artigo 25.º**

n.º 1 - na redação da proposta de substituição apresentada pelo **Grupo Parlamentar do PSD** – rejeitado com votos contra do PS, a favor do PSD, do BE e da Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira e as abstenções do PCP, CDS-PP e PAN;

n.º 1 - na redação das propostas de substituição apresentadas pelo **Grupo Parlamentar do PS - aprovado** com votos a favor do PS, do BE, do PAN e da Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira, contra do PSD e do DURP do CH, e a abstenção do PCP;

n.º 2 - na redação da proposta de eliminação apresentada pelo **Grupo Parlamentar do PSD** – rejeitada, com votos contra do PS, BE, PAN e Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira, a favor do PSD e a abstenção do CDS-PP;

- **Artigo 27.º**

na redação da proposta de substituição apresentada pelo **Grupo Parlamentar do PS** – aprovada, com votos a favor do PS, PSD, BE, CDS-PP, PAN, e Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira e a abstenção do PCP;

Anexos I e II - na redação da proposta de substituição apresentada pelo **Grupo Parlamentar do PS** – aprovados, com votos a favor do PS, PSD, BE, CDS-PP e as abstenções do PCP, PAN e Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira;

Anexos III e IV - na redação da proposta de substituição apresentada pelo **Grupo Parlamentar do PS** – aprovados, com votos a favor do PS, PSD, BE, CDS-PP e Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira e as abstenções do PCP e do PAN;

- propostas de renumeração de artigos da Proposta de Lei apresentadas pelo **Grupo Parlamentar do PS –Aprovadas** por unanimidade;

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 53/XIV/2.ªSL

- **Articulado remanescente** da Proposta de Lei n.º 72/XIV/2.ª (GOV), que não foi objeto de propostas de alteração – **Aprovado** com os votos a favor dos GPs do PS, do PSD, do BE, do PAN, do CDS-PP e da Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira e a abstenção do PCP;

No sexto ponto da ordem de trabalhos, procedeu-se à discussão e votação na especialidade das propostas de alteração apresentadas ao Decreto-Lei n.º 14/2021, de 12 de fevereiro, que altera o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional no âmbito da [Apreciação Parlamentar n.º 44/XIV/2.ª \(BE\)](#).

As propostas de alteração apresentadas em Plenário pelos Grupos Parlamentares do [BE](#) e do [PAN](#), no âmbito desta Apreciação Parlamentar baixaram à Comissão em 8 de abril de 2021, tendo chegado ao conhecimento desta no subsequente dia 14 de abril.

Na reunião, na qual se encontravam presentes todos os Grupos Parlamentares, à exceção do CDS-PP e da Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira, a Comissão procedeu à discussão e votação na especialidade das referidas propostas de alteração.

Da votação resultou o seguinte:

Artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 14/2021, de 12 de fevereiro - Na redação das propostas de alteração apresentadas pelo PAN - rejeitado com votos contra do PS e do PSD e votos a favor do BE, do PCP e do PAN;

Artigo 3.º da [Lei n.º 23/2007](#), de 4 de julho, alterado pelo artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 14/2021, de 12 de fevereiro - na redação das propostas de alteração apresentadas pelo BE - rejeitado com votos contra do PS e do PSD e votos a favor do BE, do PCP e do PAN;

Artigo 90.º-A da [Lei n.º 23/2007](#), de 4 de julho, alterado pelo artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 14/2021, de 12 de fevereiro - na redação das propostas de alteração

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 53/XIV/2.ªSL

apresentadas pelo BE - rejeitado com votos contra do PS e do PSD e votos a favor do BE, do PCP e do PAN;

Artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 14/2021, de 12 de fevereiro - Na redação das propostas de alteração apresentadas pelo BE- rejeitado com votos contra do PS e do PSD e votos a favor do BE, do PCP e do PAN;

Artigo 3.º-A (aditamento ao Decreto-Lei n.º 14/2021, de 12 de fevereiro) - Na redação das propostas de alteração apresentadas pelo PAN - rejeitado com votos contra do PS, do PSD e do PCP e votos a favor do BE e do PAN.

Artigo 3.º-B (aditamento ao Decreto-Lei n.º 14/2021, de 12 de fevereiro) - Na redação das propostas de alteração apresentadas pelo PAN - rejeitado com votos contra do PS, do PSD e do PCP votos a favor do BE e do PAN.

Artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 14/2021, de 12 de fevereiro) - Na redação das propostas de alteração apresentadas pelo PAN - rejeitado com votos contra do PS, do PSD e do PCP votos a favor do BE e do PAN.

Tendo sido rejeitadas todas as propostas de alteração, deve considerar-se caduco o processo de apreciação parlamentar, pelo que a Comissão solicitará à Mesa o envio dessa informação ao Plenário e da respetiva declaração de caducidade, para publicação no Diário da República, nos termos do n.º 5 do artigo 195.º do Regimento da Assembleia da República.

Em seguida, procedeu-se à fixação, nos termos do artigo 156.º do RAR, da redação final dos seguintes textos:

- Alteração da Lei n.º 77/88, de 1 de julho, republicada pela Lei n.º 28/2003, de 30 de julho, e alterada pelas Leis n.ºs 13/2010, de 19 de julho, e 55/2010, de 24 de dezembro ([Projeto de Lei n.º 722/XIV /PS, PSD; BE, PCP, CDS-PP, PAN e PEV](#)), que, na ausência do CDS-PP e da Deputada Não Inscrita Joacine Katar Moreira, [foi fixada por unanimidade](#), tendo sido aceites as sugestões de redação constantes da Informação n.º

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 53/XIV/2.ªSL

21/DAPLEN/2021, de 14 de abril, com exceção do título do projeto de decreto, que se deliberou dever merecer o seguinte aperfeiçoamento: «*Alteração da Lei de Organização e Funcionamento dos Serviços da Assembleia da República, aprovada pela Lei n.º 77/88, de 1 de julho, republicada pela Lei n.º 28/2003, de 30 de julho, e alterada pelas Leis n.ºs 13/2010, de 19 de julho, e 55/2010, de 24 de dezembro*»;

- Inclui novas substâncias psicoativas na definição de droga [[Proposta de Lei n.º 80/XIV/2.ª \(GOV\)](#)], que, na ausência do CDS-PP e da Deputada Não Inscrita Joacine Katar Moreira, [foi fixada por unanimidade](#), tendo sido aceites todas as sugestões de redação constantes da Informação n.º 32/DAPLEN/2021, de 15 de abril de 2021, com exceção da prevista para a alínea a) do artigo 1.º (Objeto), que se deliberou dever merecer a inclusão do número de ordem da respetiva alteração, nos seguintes termos: «**Vigésima sétima** alteração ao Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de janeiro, que aprova o regime jurídico aplicável ao tráfico e consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas;»;

- Aprova a Carta Portuguesa de Direitos Humanos na era digital [[Projetos de Lei n.ºs 473/XIV \(PS\) e 498/XIV \(PAN\)](#)], que, na ausência do CDS-PP e da Deputada Não Inscrita Joacine Katar Moreira, foi [fixada por unanimidade](#), tendo sido aceites as sugestões de redação constantes da Informação n.º 34/DAPLEN/2021, de 16 de abril, excetuando-se a substituição do termo «informação» por «narrativa», no n.º 3 do artigo 6.º, mantendo-se pois a redação aprovada em votação final global.

Em seguida, procedeu-se à fixação, nos termos conjugados dos artigos 128.º, n.º 6 e 156.º do RAR, da redação final dos seguintes textos:

- «Recomenda ao Governo que elabore e apresente à Assembleia da República os estudos necessários à introdução de voto eletrónico não presencial» [[Projeto de Resolução n.º 984/XIV/2.ª \(PAN\)](#)], que foi [fixada por unanimidade](#), tendo sido aceites as sugestões de redação constantes do documento da DAPLEN de 14 de abril de 2021, nos termos do disposto nos artigos 128.º, n.º 6 e 156.º do Regimento da Assembleia da República, na ausência do CDS-PP e da Deputada Não Inscrita Joacine Katar Moreira;

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 53/XIV/2.ªSL

- «Recomenda ao Governo que adote medidas que permitam dotar os/as cidadãos/ãs de comunidades nómadas de uma morada que lhes possibilite a obtenção de cartão de cidadão e um exercício de direitos igual ao dos/as demais cidadãos/ãs» [[Projeto de Resolução n.º 1147/XIV/2.ª \(BE\)](#)], que foi [fixada por unanimidade](#), tendo sido aceites as sugestões de redação constantes do documento da DAPLEN de 14 de abril de 2021, nos termos do disposto nos artigos 128.º, n.º 6 e 156.º do Regimento da Assembleia da República, na ausência do CDS-PP e da Deputada Não Inscrita Joacine Katar Moreira;

No nono ponto, foi deliberado por unanimidade, a pedido da proponente, Deputada Não Inscrita Joacine Katar Moreira, recomendar a leitura e votação em sessão Plenária, ao abrigo da alínea *b*) do n.º 8 artigo 75.º do RAR, do [projeto de voto n.º 532/XIV/1.ª](#) (Ninsc JKM) - “*De saudação pelo dia Internacional do Povo Cigano*”.

Em seguida, procedeu-se à votação do [relatório final](#) da [Petição n.º 180/XIV/2.ª](#) - *Eleições presidenciais - voto por via de correspondência postal para cidadãos residentes no estrangeiro*, após reformulação pelo Relator, Senhor Deputado Hugo Carneiro (PSD), que foi aprovado por unanimidade, com exceção da conclusão *b*), proposta pelo Relator, que foi rejeitada, com votos contra do PS, BE e PCP e a favor do PSD e PAN, na ausência do CDS-PP e da Deputada Não Inscrita Joacine Katar Moreira.

Em seguida, procedeu-se à apreciação e votação dos seguintes requerimentos:

- o [requerimento](#) apresentado pelo Grupo Parlamentar do PAN, para audição urgente do Senhor Ministro da Administração Interna sobre limpeza dos terrenos e prevenção contra incêndios neste período excecional da COVID-19, que, após apresentação pela Senhora Deputada Inês Sousa Real (PAN), foi rejeitado, com votos contra do PS, a favor do PAN e as abstenções do PSD, BE, PCP e CDS-PP, na ausência do DURP do CH e da Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira;
- o [requerimento](#) apresentado pelo Deputado único representante do partido CH, para audição do Presidente do Conselho Superior de Magistratura, Juiz Conselheiro Dr. António Joaquim Piçarra, sobre possíveis anomalias na distribuição de processos



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 53/XIV/2.ªSL

relativamente a casos graves de criminalidade económico-financeira, nomeadamente no Tribunal Central de Instrução Criminal, mas também relativamente a movimentações noutros tribunais, segundo notícias veiculadas nos últimos dias por diferentes meios de comunicação social, que, após apresentação pelo Senhor Deputado André Ventura (CH), foi rejeitado, com votos contra do PS e do PCP, a favor do PSD, CDS-PP, PAN e do requerente, na ausência da Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira;

- o [requerimento](#) apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP, para audição urgente do Senhor Ministro da Administração Interna sobre a caducidade do contrato celebrado entre a ALTICE e o SIRESP e suas potenciais consequências a curto prazo, que, após apresentação pelo Senhor Deputado Telmo Correia (CDS-PP), foi aprovado por unanimidade, na ausência do DURP do CH e da Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira;

- o [requerimento](#) apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, para audição do Presidente da Altice, Alexandre Fonseca, e do Presidente demissionário do SIRESP, General Manuel Couto, para esclarecimentos quanto à manutenção e o futuro da Rede Nacional de Emergência e Segurança – SIRESP, que, após apresentação pelo Senhor Deputado Paulo Moniz (PSD), foi rejeitado, com votos contra do PS e do PCP, a favor do PSD, CDS-PP e PAN e a abstenção do BE, na ausência do DURP do CH e da Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira.

No último ponto, reservado a outros assuntos, o Senhor Presidente anunciou que a quarta audição regimental do Senhor Ministro da Administração Interna ficara acertada para 2 de junho e que a próxima audição regimental da Senhora Ministra da Justiça ficara confirmada para o dia 4 de maio, às 15h (adiada de 27 de abril, a solicitação daquele membro do Governo). Anunciou ainda que a Comissão de Assuntos Europeus aprovara, a requerimento do Grupo Parlamentar do PS, a audição do representante de Portugal no Conselho de Administração da Europol, Dr. Veríssimo Santos Milhazes, para apresentação da sua perspetiva quanto às principais linhas de atuação da Europol e o impacto das propostas de alteração ao Regulamento da Agência na sua atividade e que a Comissão de Assuntos Constitucionais fora convidada a associar-se à audição, pelo que, não havendo oposição, comunicaria àquela Comissão

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 53/XIV/2.ªSL

o interesse em participar na audição, ficando a aguardar a indicação do dia e da hora em que a mesma se realizará, bem como o envio do respetivo *link* de acesso à reunião via Skype, para participação facultativa dos membros da CACDLG.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 19 horas e trinta e cinco minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 20 de abril de 2021

O Presidente da Comissão



(Luís Marques Guedes)

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E
GARANTIAS**

ATA NÚMERO 53/XIV/2.ªSL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Cláudia Santos (PS)
Elza Pais (PS)
Francisco Pereira Oliveira (PS)
Isabel Alves Moreira (PS)
Isabel Rodrigues (PS)
Joana Sá Pereira (PS)
Pedro Delgado Alves (PS)
Rita Borges Madeira (PS)
Romualda Fernandes (PS)
André Coelho Lima (PSD)
André Neves (PSD)
Artur Soveral Andrade (PSD)
Luís Marques Guedes (PSD)
Márcia Passos (PSD)
Mónica Quintela (PSD)
Sandra Pereira (PSD)
Sara Madruga Da Costa (PSD)
Beatriz Gomes Dias (BE)
José Manuel Pureza (BE)
António Filipe (PCP)
Telmo Correia (CDS-PP)
Inês De Sousa Real (PAN)
André Ventura (CH)
Joacine Katar Moreira (NINSC)
Constança Urbano De Sousa (PS)
Paulo Porto (PS)
Susana Amador (PS)
Carlos Peixoto (PSD)
Catarina Rocha Ferreira (PSD)
Emília Cerqueira (PSD)
Hugo Carneiro (PSD)
José Cancela Moura (PSD)
Lina Lopes (PSD)
Beatriz Gomes Dias (BE)
Alma Rivera (PCP)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:
